



# UMA REVISÃO TEÓRICA DA CRÍTICA LITERÁRIA: DO ESTRUTURALISMO À CRÍTICA FEMINISTA

**A THEORETICAL REVIEW OF LITERARY CRITICISM: STRUCTURALISM TO FEMINIST CRITICISM**

**Elisa Capelari Pedrozo\***

\* [elisacapelarip@gmail.com](mailto:elisacapelarip@gmail.com)

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura (PPGLet) da Universidade de Caxias do Sul (bolsista PROSUC/CAPES), orientada pela Profa. Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani. Licenciada em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (2018).

**RESUMO:** O presente estudo analisa brevemente a trajetória da crítica literária, a partir da revisão sobre o estruturalismo até os estudos culturais, com ênfase na crítica feminista. Observa-se as diferentes correntes antropológicas presentes na formação da identidade do homem, com a finalidade de entender como a crítica modificou o seu objeto de pesquisa da estrutura textual para o conteúdo da escritura, iniciado em fins da década de cinquenta (1950). Para tanto, resgatam-se as produções de diversos pesquisadores acerca da Antropologia, Filosofia e Literatura, tais como: Andréa Lisly Gonçalves (2006), Elaine Showalter (1994), Jacques Derrida (1971), Judith Butler (2003), Patricia Meyer Spacks (1975), Stuart Hall (2003 e 2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2000).

**PALAVRAS-CHAVE:** Crítica literária; Estruturalismo; Crítica Feminista; revisão teórica.

**ABSTRACT:** This study examines briefly the history of literary criticism, from structuralism to cultural studies, with emphasis on feminist criticism. Observes the different anthropological currents present in the formation of the identity of the man, with the purpose of understanding how critical modified the search object of your textual structure to the contents of Scripture, started in the last decade of 1950. For this purpose, the article rescues the productions of several researchers about anthropology, philosophy and literature, such as: Andrea Lisly Gonçalves (2006), Elaine Showalter (1994), Jacques Derrida (1971), Judith Butler (2003), Patricia Meyer Spacks (1975), Stuart Hall (2003 and 2005) and Tanha Tadeu da Silva (2000).

**KEYWORDS:** literary criticism; Structuralism; Feminist Criticism; theoretical review.

*“A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”*

Kobena Mercer

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta deste estudo é apresentar fragmentos do pensamento de pesquisadores das áreas de Antropologia, Filosofia e Literatura que possam apreender as ideias centrais de cada período da crítica literária, a saber, do estruturalismo aos estudos culturais. Com o objetivo de contribuir para uma escrita da história da literatura, na figura da crítica, leva-se em consideração a crescente discussão em torno do conceito de “identidade”, bem como a desconstrução das perspectivas que ocupavam lugar no cenário da crítica literária anteriormente, para que seja possível acompanhar as mudanças conceituais até a contemporânea crítica cultural – estudos de gênero.

Inicialmente, apresenta-se a revisão crítica da teoria estrutural proposta por Jacques Derrida, em sua obra *A escritura e a diferença* (1971). O tom crítico exposto por Derrida sobre a estrutura do texto ser pré-definida, deixando de lado a autonomia criativa do autor, abre margem para inferir as mudanças que protagonizariam os estudos

da crítica literária na tendência seguinte. A superação das estruturas binárias, defendidas no estruturalismo, consagra o pós-colonial como o momento de apreciação das relações sociais. Isso é possível graças à elocução dos escritos de Stuart Hall (2003) no que diz respeito à transição das nações da dependência cultural dos colonizadores para a reformulação da literatura nacional. Compreende-se aqui a inserção dos traços culturais locais, aliados, em especial, aos antigos formatos de literatura europeia.

As novas formas de poder originadas pelo cenário pós-colonial, são observadas a partir da releitura a que as obras coloniais foram submetidas. Esse processo, descrito por Hall (2003) como o diálogo entre o local e o global, mais adiante fomenta o nascimento do pensamento dominante da década de 1950, os estudos culturais. Por sua vez, para que houvesse a superação da simples atualização das escrituras coloniais, nomes como Thompson e Williams escolheram centrar suas pesquisas em cima da cultura.

Hall (2003) assente que o diálogo entre cultura e sociedade deixou para trás o olhar da crítica literária focada no marxismo, dando lugar às ideias de Gramsci, que, embora pertencesse à escola marxista, também pensou a cultura. Esse teórico defendeu a reflexão acerca da hegemonia social e às consequências geradas por ela na população. Para

isso, a crítica precisou atentar às mudanças que o indivíduo estava submetido, o processo de formação da sua identidade. O cenário, que antes garantia a estabilidade social, o androcentrismo, perde seu espaço para a discussão da identidade e diferença.

A eloquência dos estudos culturais vai além, trata-se do questionamento em torno das certezas e princípios estabelecidos outrora. Contudo, a fim de dar conta da diversidade de culturas existentes em fins do século XX e que perduram até os dias atuais, foi necessário dividir os interesses em nichos de pesquisa. São alguns deles: raça, religião, nacionalidade e feminismo. Escolheu-se o último para explorar neste trabalho, posto a sua relevância quando se fala de gênero e a facilidade de se ser confundido com o desejo de igualdade e não de respeito às diferenças entre homens e mulheres. Dentro da crítica feminista, priorizou-se abordar a vertente ginocrítica, que une as teorias defendidas por francesas, americanas e inglesas.

### ESTRUTURALISMO

O estruturalismo, característico de J. Rousset e de Raymond, preocupava-se com a autonomia formal da obra literária. Esse objetivismo estrutural, que não separou o ato de escrever e o conteúdo, defendia a união entre forma e significação, como se “o destino da obra não tivesse

história”<sup>1</sup>. Os autores do movimento detinham a intenção de proteger a verdade e o sentido interno dos escritos, de modo a afastá-los de uma possível crítica biográfica, histórica ou psicológica.

Em *A escritura e a diferença* (1971), Jacques Derrida aponta a vulnerabilidade desse viés estrutural nas letras, ressaltando o esquecimento da história intrínseca das obras. A origem de uma escritura é subjetiva também, o que justificaria a sua impossibilidade de experimentar ser reconhecida como parte da história clássica no presente. Para os críticos estruturalistas, o momento de uma obra não ultrapassa sua genética interna.

J. Rousset tenta evitar essa forma estática de crítica, mostrando que a obra pode continuar a significar, caso a imaginação seja priorizada. O seu projeto de totalidade do fato literário é a junção da imaginação e da morfologia da obra. No entanto, a espontaneidade que, supostamente, o crítico estruturalista dispõe, segundo J.R, não reflete no movimento literário do período. Para Derrida (1971), tanto C. Lévi-Strauss, estruturalista dos modelos sociais, quanto J. Rousset deixam de observar em suas críticas à vontade criadora do escritor.

A estrutura da obra transformou-se no próprio objeto literário nessa vertente analítica. O método de leitura

1. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 28.

investiga o conteúdo, sendo um sistema de relações interativas que se repetem, independente do texto em questão. Derrida assente que o estruturalismo,

Era sempre meio ou relação para ler ou escrever, para reunir significações, reconhecer temas, ordenar constâncias e correspondências. Aqui a estrutura, o esquema de construção, a correlação morfológica torna-se de fato e a intenção teórica a única preocupação do crítico<sup>2</sup>.

Apresenta-se, então, a tendência do ultra estruturalismo.

Outro pressuposto estrutural que Derrida (1971) questiona é a análise do tempo e do espaço a partir da geometria metafórica. Os estruturalistas reconhecem a solidariedade do tempo e do espaço, sendo o tempo reduzido a uma forma, na qual o enredo da história desenvolve-se. Todavia, “a metáfora nunca é inocente. Orienta a pesquisa e fixa os resultados. Quando o modelo espacial é descoberto, quando funciona, a reflexão crítica baseia-se nele. De fato, e mesmo que não o confesse”<sup>3</sup>.

Faz-se importante lembrar que, enquanto J. Rousset desenvolve sua teoria sob conceitos e modelos metafísicos unos, Derrida escapa dessa economia de força e espaço ao revelar outra disposição crítica. A ruptura dessa ligação estrutural possibilita analisar uma determinada literatura

com a força de deslocação do ponto de vista crítico, isto é, propagar o olhar para “todo o sistema, rachando-o em todos os sentidos, e delimitando-o por todos os lados”<sup>4</sup> da obra.

Ainda que J. Rousset não afirme que toda a forma seja bela, pode-se levantar que a beleza está na “que se entende com o sentido, aquela que se deixa entender por nós porque é em primeiro lugar conivente com o sentido”<sup>5</sup>. Porém, a compreensão do movimento teatral e romanesco desse estruturalista vai ao encontro do que Aristóteles entendia por literatura, isto é, o sentido da obra está “na passagem ao ato que é repouso da forma desejada”<sup>6</sup>. Para Derrida (1971), o pré-formismo<sup>7</sup>, o teologismo e a redução de força, do valor e da duração na análise de uma escritura é o que liga essa vertente ao geometrismo e constrói uma estrutura.

### PÓS-ESTRUTURALISMO E PÓS-COLONIALISMO

1. Muitos são os argumentos que amparam as críticas ao conhecido período pós-colonial. Conforme os estudos de Stuart Hall (2003), há um ponto em comum entre as tendências e o anseio pelo retorno à uma política definida por oposições binárias, consagradas no estruturalismo. Entretanto, os binarismos políticos não são capazes de estabilizar a compreensão de um texto, como outrora o fizeram, tampouco proporcionam uma apreensão de sentido confiável.

2. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 31.

3. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 33.

4. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 37.

5. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 38.

6. DERRIDA, *A escritura e a diferença*, p. 39.

7. Entende-se por pré-formismo a “doutrina biológica [...] segundo a qual estaria contida no germe, em ato e com dimensões reduzidas que já respeitariam, contudo, as formas e as proporções do futuro adulto” (DERRIDA, 1971, p. 42).

Os efeitos que estão nas fronteiras da construção de sentido em uma obra, não se formam ao acaso, são dispostos por alguma razão. Dessa maneira, Hall (2003) defende que as posições políticas “não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra”<sup>8</sup>. O conceito de pós-colonial, apreciado por Hall (2003), auxilia a caracterizar as mudanças nas relações sociais, marcadas pela transição histórica da era imperial para a pós-independência e a pós-descolonização das nações. Também, embora de forma simbólica, pode ser útil “na identificação do que são as novas relações e disposições do poder que emergem nesta nova conjuntura”<sup>9</sup>.

As diferenças entre a cultura do colonizado e do colonizador são, ainda hoje, profundas, mas não estaticamente binárias. O pós-colonialismo representado nos estudos de Hall permite reler os binarismos “como formas de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá”<sup>10</sup>. Esse conceito não se delimita em descrever uma sociedade ou época. Trata-se do ato de releitura da colonização, vista como um processo global.

A ampliação interpretativa produzida pela reescrita pós-colonial é abordada por Hall (2003, p. 109) como “o global e o local reorganizam e moldam um ao outro”. Por essa razão, o pós-colonial não ignora a persistência de muitos

efeitos do colonizador no colonizado, observando sua internalização na sociedade descolonizada. “[...] o colonial não está morto, já que sobrevive através de seus efeitos secundários”<sup>11</sup>.

A preocupação do pós-colonial com o colonizador e o colonizado se dá de outro jeito, ocupando uma posição descentrada no discurso do crítico. Hall afirma que “o sujeito e a identidade são apenas dois dos conceitos que, tendo sido solapados em suas formas unitárias e essencialistas, proliferaram para além de nossas expectativas [...] assumindo novas posições discursivas”<sup>12</sup> na tendência pós-colonial.

#### ESTUDOS CULTURAIS

Hall (2003) destaca 1950 como a década que originou os Estudos Culturais. O autor acredita que obras como as de Hoggart, Williams e Thompson contribuíram para que a nova perspectiva crítica passasse da simples atualização do mundo pós-guerra. Esses textos de formação afixaram a tese de que,

[...] concentradas na palavra “cultura”, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que a indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante<sup>13</sup>.

8. HALL, *Quando foi o pós-colonial?*, p. 104.

9. HALL, *Quando foi o pós-colonial?*, p. 107.

10. HALL, *Quando foi o pós-colonial?*, p. 109.

11. HALL, *Quando foi o pós-colonial?*, p. 110.

12. HALL, *Quando foi o pós-colonial?*, p. 111.

13. HALL, *Estudos culturais: dois paradigmas*, p. 133.

Assim, a discussão que une cultura e sociedade passou a estar presente na literatura.

De 1960 em diante, o lexema ‘cultura’ norteou as produções intelectuais. A concepção da ideia foi democrática, não chegando a um denominador comum, pois “não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e ‘culturas populares’ das sociedades [...] está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma de inter-relacionamento”<sup>14</sup> delas. Apoiando-se em Hall (2003), pode-se dizer que a cultura é a busca de compreender a organização das relações sociais, ou então,

Define cultura ao mesmo tempo como os sentidos e valores que nascem entre classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondes a estas<sup>15</sup>.

Desse modo, os Estudos Culturais tiveram que buscar ir além do social, preferência da teoria marxista. Todavia, mesmo Gramsci tendo suas ideias embasadas no marxismo, corroborou com as tendências culturais. Hall destaca a contribuição de Gramsci ao citar suas abordagens sobre,

A quantidade imensa de coisas sobre a natureza da própria cultura, sobre a disciplina do conjuntural, sobre a

extraordinariamente produtiva metáfora da hegemonia, sobre a maneira como se pode pensar relações de classe apenas se se recorre à noção deslocada de conjunto e de blocos<sup>16</sup>.

O deslocamento do pensamento cultural gramsciano propiciou os estudos em torno da raça e da etnicidade. Mais adiante, o *Centre for Contemporary Cultural Studies* investiu na questão do feminismo, decisiva para a avançada dos estudos culturais em 1970.

#### 4.1 A IDENTIDADE DO SUJEITO NA PÓS-MODERNIDADE

Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), pontua que há um tipo diferente de mudança estrutural que transformou as sociedades no final do século XX. Nessa esteira, compreende-se o que o autor denominou de paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, as quais, anteriormente, forneciam sólidas localizações aos indivíduos sociais. No entanto, assim como as identidades individuais estão mudando, a ideia de sujeitos integrados também se movimenta, ocasionando uma “descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos”<sup>17</sup>.

Os escritos de Tomaz Tadeu da Silva (2000) recuperam a relação proposta por Stuart Hall entre a representação e a identidade e a diferença. A representação é concebida como

14. HALL, *Estudos culturais: dois paradigmas*, p. 136.

15. HALL, *Estudos culturais: dois paradigmas*, p. 142.

16. HALL, *Estudos culturais e seu legado teórico*, p. 206.

17. HALL, *A identidade cultural na pós-modernidade*, p. 09.

um sistema de significação, que, por exemplo, é expresso por meio de uma pintura, uma fotografia, um filme, um texto. Na perspectiva pós-estruturalista, a representação é uma marca ou traço visível e exterior.

A identidade e a diferença são oriundas da representação, pois é a partir dela que adquirem sentido. Silva (2000) apresenta que, desse modo, identidade e diferença ligam-se a sistemas de poder, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”<sup>18</sup>. Por essa razão, a identidade e a diferença ocupam lugar importante quando se trata da crítica contemporânea da formação da identidade ligada à movimentos sociais, afinal, “questionar a identidade e a diferença significa [...] questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”<sup>19</sup>.

Deve-se tomar cuidado para que não se esqueça do caráter performativo da identidade e da diferença, exposto pelas teorias de Judith Butler. “A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição [...] sobretudo, de sua possibilidade de repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade”<sup>20</sup>.

Essa repetibilidade, que acentua as identidades existentes, resgata Butler (2003), pode significar a possibilidade de interrupção das identidades hegemônicas na sociedade. A

mesma repetição que consagra uma identidade, está sujeita a questionamentos e a contestações de maneira a permitir “a instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes”<sup>21</sup>.

#### 4.2 FEMINISMO

Com base na retomada histórica realizada por Andréa Lisly Gonçalves (2006), o marco inicial do feminismo no Ocidente foi a *1ª Convenção para o Direito das Mulheres*, realizada em Seneca Falls, estado de Nova York (EUA), nos dias 19 e 20 de julho de 1848. Esse encontro, desenvolveu-se devido à mobilização de delegadas durante a *Convenção Mundial contra a Escravidão*, no ano de 1840 em Londres. Elas desejavam manifestar-se sobre a abolição do trabalho cativo, porém não tiveram direito à voz. Segundo Gonçalves, foi “o primeiro esforço organizado para libertar as mulheres de sua dependência e reformular as ideias predominantes de domesticidade”<sup>22</sup>.

A *Convenção* de Seneca Falls não teve como objetivo a resolução de questões radicais para a sociedade. A pauta de temas discutidos contou com áreas como os direitos sociais, civis e religiosos que o sujeito feminino dispunha no Novo Mundo. Por tratar-se de um movimento que se manifestou em tempos e espaços distintos, Gonçalves (2006) lembra que não se pode reduzi-lo às mobilizações do século XIX.

18. SILVA, *A produção social da identidade e da diferença*, p. 91.

19. SILVA, *A produção social da identidade e da diferença*, p. 91.

20. SILVA, *A produção social da identidade e da diferença*, p. 94.

21. SILVA, *A produção social da identidade e da diferença*, p. 95.

22. GONÇALVES, *História e gênero*, p. 16.

O processo cresceu com ações variadas, sendo a introdução da mão de obra feminina no mercado de trabalho e a presença da palavra escrita, da oratória e das publicações em jornais organizados e escritos por mulheres, exemplos dessa movimentação.

Mesmo que o século XVIII não tenha representado forte militância feminista, um episódio, ocorrido no território europeu, faz-se importante mencionar. Durante a Revolução Francesa, as francesas organizaram-se para assistir as sessões da Assembleia Constituinte, que definiam os rumos a serem tomados pelo país enquanto tricotavam pelas galerias, uma vez que eram impedidas de participar dos debates políticos. Também, nesse período, as mulheres procuravam influenciar nos acontecimentos do Estado por meio da escrita.

A *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), da inglesa Mary Wollstonecraft, inspirou as gerações feministas que a sucederam. Gonçalves (2006) observa que a obra só chega no Brasil em 1833, graças à tradução e adaptação feita por Nísia Floresta. Floresta fora uma educadora, escritora e feminista, nascida em solo gaúcho em 1810. A expoente feminista transpôs as barreiras monárquicas e escravocratas do Brasil colônia, para ser admirada no continente europeu

“por personalidades do mundo intelectual como Augusto Comte”<sup>23</sup>, onde residiu em sua velhice.

### CRÍTICA FEMINISTA

De acordo com os escritos de Hall (2003), os estudos feministas introduziram uma ruptura no cenário da crítica contemporânea. O autor elencou o porquê de o eixo temático ter recebido tamanha atenção,

Primeiro, a proposição do pessoal como político – e suas consequências para a mudança do objeto de estudo nos estudos culturais – foi completamente revolucionário em termos teóricos e práticos. Segundo, a expansão radical da noção de poder, que até então tinha sido fortemente desenvolvida dentro do arcabouço da noção do público, do domínio público, com o resultado de que o termo poder – tão central para a problemática anterior da hegemonia – não pode ser utilizado da mesma maneira. Terceiro, a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder. Quarto, a abertura de muitas questões que julgávamos ter abolido em torno da área perigosa do subjetivo e do sujeito, colocando essas questões no centro dos estudos culturais como prática teórica. Quinto, a reabertura da “fronteira fechada” entre a teoria social e a teoria do inconsciente – a psicanálise<sup>24</sup>.

23. GONÇALVES, *História e gênero*, p. 19.

24. HALL, *Estudos culturais e seu legado teórico*, p. 208-209.



A abertura desse novo viés nos estudos culturais juntou feminismo, psicanálise e cultura.

A crítica feminista teve seus teóricos pioneiros por volta de 1975, uma vez que a tradição literária era dominada pelos homens. Elaine Showalter (1994), pesquisadora americana renomada, apresenta o cenário em que os estudos literários feministas encontravam-se, a saber, uma variedade de metodologias e ideologias que se denominavam a leitura ou a escritura feminista. Esse anseio por uma orientação coletiva não representava todos os membros do movimento.

A publicação do título *Um teto todo seu*, de Virgínia Woolf<sup>25</sup>, marcou a fase inicial da crítica feminista como “um ato de resistência, uma confrontação com os cânones e julgamentos existentes”<sup>26</sup>. Para Showalter (1994), isso decorre da rejeição do cientificismo nos estudos, porque enquanto a crítica científica afasta-se do subjetivismo, a crítica feminista, em 1975, aproxima-se da autoridade da experiência, hoje conhecida como o argumento do “lugar de fala”.

Com o andar dos anos, constatou-se que o impasse no direcionamento da crítica feminista não passou de uma fase evolutiva. Showalter mostra duas formas de estudo e leitura feminista,

[...] a primeira forma é ideológica, diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura, as omissões e falsos juízos sobre as mulheres na crítica, e a mulher-signo no sistema semiótico<sup>27</sup>.

A crítica dessa leitura feminista é impulsionada pela reflexão de como o sujeito feminino vive e de como foi levado a delinear sua identidade. Versa sobre uma forma de interpretação da literatura, uma das muitas que um texto permite efetivar, afinal, “toda a crítica feminista é de alguma forma revisionista, questionando a aceitação de estruturas conceptuais aceitas”<sup>28</sup>.

Ainda que esse ímpeto revisionista seja o maior objetivo da crítica, os teóricos também se preocupam em denudar as certezas disfarçadas que estão impregnadas na relação entre a sociedade, aqui entende-se as noções de gênero e sexualidade, e o texto. Contudo, Showalter (1994) aponta que o desejo de humanizar os escritos, a partir da reescrita, corre o risco de tornar a teoria crítica feminista dependente da crítica literária masculina<sup>29</sup>. O problema está em estabelecer uma fórmula de crítica que não transcenda a revisão androcêntrica com a adição da visão feminista ao estudo.

25. Woolf foi proibida de entrar na biblioteca da universidade, espaço destinado ao público masculino. Sua obra pioneira, baseada nessa realidade educacional norte-americana, inspirou “outras visionárias feministas, tais como Mary Daly, Adriene Rich e Marguerite Duras, que satirizaram o narcisismo estéril da academia masculina” (SHOWALTER, 1994, p. 25).

26. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 25.

27. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 26.

28. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 27.

29. “‘Teoria crítica masculina’ é um conceito de criatividade, história literária ou interpretação literária baseado inteiramente na experiência masculina e apresentado como universal” (SHOWALTER, 1994, p. 28).

A segunda forma da crítica feminista defendida por Showalter (1994) foi postulada focando na figura feminina, a fim de reivindicar uma área teórica genuinamente para o feminismo. Essa tendência independente indaga “muito mais minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência”<sup>30</sup>, isto é, encontrar um caminho guiado a partir dos estudos da mulher, a chamada ginocrítica.

#### 5.1 GINOCRÍTICA

Ao longo do tempo, a crítica feminista mudou seu interesse das leituras revisionistas para a investigação da literatura feita por mulheres. Nesse processo, configura-se a segunda forma de crítica feminista, norteadas pelo

[...] estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres<sup>31</sup>.

Como esse discurso crítico não possuía nome, Elaine Showalter (1994) batizou-o de *gynocritcs* (ginocrítica).

Diferentemente da primeira forma da crítica feminista, a ginocrítica propõe novos recursos teóricos a serem analisados em um texto e/ou trajetória autoral. Ter os escritos femininos de referência força o olhar para a questão da diferença, fugindo do antigo debate ideológico revisionista. Para tanto, resgata-se a obra *The female imagination* (1975), da primeira crítica acadêmica a notar a mudança da revisão androcêntrica à ginocrítica, Patricia Meyer Spacks.

Spacks (1975) preocupa-se com a falta de estudos com ênfase nos escritos das mulheres, de modo a inaugurar um novo período na crítica feminista que questiona “de que forma os escritos das mulheres têm sido diferentes; como a condição mesma da mulher moldou a expressão criativa feminina”<sup>32</sup>. Showalter (1994) recorda que, nas décadas de setenta e oitenta, livros como o de Ellen Moers, *Literary women* (1976) e o de Margaret Homans, *Women writers and poetic indentity* (1980) trabalharam com os escritos de mulheres como o projeto central de estudo da crítica feminista.

A mudança na ênfase dos estudos feministas não ficou restrita às intelectuais americanas, posto que a crítica feminista francesa e inglesa também apresentam uma interpretação textual com foco na escrita das mulheres. Porém,

30. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 28.

31. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 29.

32. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 30.

essas aparecem sob muitas roupagens, “a crítica feminista inglesa, essencialmente marxista, salienta a opressão; a francesa, essencialmente psicanalítica, salienta a repressão; a americana, essencialmente textual, salienta a expressão. Todas, contudo, tornaram-se ginocêntricas. Todas estão lutando para encontrar uma terminologia que possa resgatar o feminino das suas associações estereotipadas com a inferioridade”<sup>33</sup>.

#### 5.1.1 A ESCRITA E O CORPO DA MULHER

Para Showalter (1994), os estudos da crítica biológica associam a anatomia do corpo com a textualidade, “enquanto a crítica feminista rejeita a atribuição de inferioridade biológica literal, alguns teóricos parecem ter aceitado as implicações metafóricas da diferença biológica feminina na escrita”<sup>34</sup>. A criação literária feminina é aproximada de uma gestação, posto que, metaforicamente, escrever é dar à luz, e os homens não possuem esse órgão capaz de gerar os textos.

As críticas que militam nessa corrente intelectual, principalmente na França,

Insistem em que devemos ler estas metáforas como mais do que um jogo inocente; que devemos repensar e redefinir seriamente a diferença biológica e sua relação com a unidade

das mulheres [...] a escrita feminina provém do corpo, que nossa diferença sexual é também nossa fonte<sup>35</sup>.

A fonte da imaginação do autor está no corpo, por isso, a crítica biológica tenta escrever a partir do corpo do crítico, de acordo com Showalter (1994). É também conhecida por biocrítica feminista, pois suas características intimistas e confessionais são distantes do conhecimento do crítico sobre o sujeito que escreveu o texto em análise. Por conta disso, torna-se perigoso colocar o corpo como centro na busca pela identidade feminina.

No entanto, o debate sobre a diversidade e o corpo surgem juntos, afinal, é esse que marca a diferença mais visível entre homens e mulheres. O estudo da crítica biológica se faz importante na medida em que integre à pesquisa outros fatores além da anatomia. Essas “ideias a respeito do corpo são fundamentais para que se compreenda como as mulheres conceptualizam sua situação na sociedade”<sup>36</sup>. A diferença da prática literária feminina deve estar baseada no corpo de sua escrita.

#### 5.1.2 A ESCRITA E A LINGUAGEM DA MULHER

A discussão sobre a linguagem é uma das áreas que mais chama a atenção na ginocrítica. Essa crítica linguística anseia mais do que revisar uma obra com traços sexistas,

33. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 31.

34. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 32.

35. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 33.

36. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 35.

pois a partir da linguagem o mundo que cerca o sujeito faz-se compreensível. Assim como a crítica biológica, o sistema da língua também está sendo estudado pelas ex-poentes francesas, posto que, na França, as teóricas buscam encontrar e usar uma linguagem apropriada para as mulheres.

Ao falar ou escrever, o sujeito feminino recorre ao sistema linguístico construído pelos homens, isto é, uma língua que pode ser estrangeira à sua realidade. “Muitas feministas francesas defendem um linguísmo revolucionário, uma ruptura oral com a ditadura do discurso patriarcal”<sup>37</sup>. Em suma, Showalter (1994) aponta que se une biofeminismo e linguísmo para que a linguagem das mulheres seja entendida como uma prática que articulará o corpo feminino, “o problema não é que a língua seja insuficiente para expressar a consciência das mulheres, mas é que foi-lhes negada a totalidade dos recursos da língua e elas foram forçadas ao silêncio, ao eufemismo ou ao circunlóquio”<sup>38</sup>.

### 5.1.3 A ESCRITA E A PSIQUE DA MULHER

A crítica feminista, orientada pelos estudos psicanalíticos, acredita que a diferença da escrita feminina está na psique do autor e na relação que ele estabelece com o gênero no processo criativo. Contudo, Showalter (1994) mostra que esse modelo freudiano tem muitas dificuldades

para superar, de modo a exigir revisões acerca do redu-tivismo da figura feminina. Na visão das críticas que seguem a teoria de Freud ou Lacan<sup>39</sup>, “a natureza e a ‘diferença’ da escrita feminina repousam na sua relação problemática, e até mesmo atormentada, com a identidade feminina; a escritora mulher experimenta seu próprio gênero como ‘um obstáculo doloroso, ou mesmo uma inadequação de-sabilitadora’”<sup>40</sup>.

Cabe mencionar que há a crítica literária feminista interessada em buscar alternativas para a psicanálise freu-diana. O estudo desenvolvido por Nancy Chodorow, no livro *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender* (1978), revisou conceitos psicanalí-ticos tradicionais e apresentou uma nova forma de como a criança percebe o eu e desenvolve os limites entre o corpo e o ego. Essa diferenciação acontece em relação à figura materna, isto é,

Desenvolve o centro da identidade de gênero concomitante-mente com a diferenciação, mas o processo não é o mesmo para os meninos e as meninas. Um menino deve aprender sua identidade de gênero negativamente, como sendo não-feminino, e esta diferença exige reforço contínuo. Em con-traste, o centro da identidade de gênero de uma menina é

37. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 36.

38. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 37.

39. De acordo com Showalter (1994), a escola francesa lacaniana estendeu a ideia de castração à uma metáfora da desvantagem linguística e literária do sujeito feminino. Esse processo da aquisição da linguagem ocorre na fase edipiana, momento em que a criança aceita a sua identidade sexual.

40. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 41.

positivo e baseado na identidade, na continuidade e na identificação com a mãe<sup>41</sup>.

A dificuldade da menina na identificação ocorre quando aparecem os traços do poder e da hegemonia cultural masculinos, atribuindo valores distintos para as diferenças sexuais.

A psicanálise feminista, comentada por Showalter (1994), pode ser utilizada na crítica feminista para analisar as configurações de mãe-filha na literatura. A representação da amizade feminina em romances contemporâneos mostra como esse comportamento é determinado pelo vínculo entre as mulheres. Alguns teóricos, por exemplo Gilbert, Gubar e Muller, comparam obras de diferentes nacionalidades, a fim de constatar que certas dinâmicas emocionais das personagens femininas são representadas mesmo que elas estejam em contextos culturais ambíguos.

#### 5.1.4 A ESCRITA E A CULTURA DA MULHER

Elaine Showalter (1994) considera a crítica feminista, baseada na cultura da mulher, a forma mais completa de observar a diferença dos escritos femininos. Para ela, a teoria da cultura aborda ideias sobre o corpo, a linguagem e a psique da mulher, o que a difere e configura importante é a interpretação com ênfase aos contextos sociais nos quais se efetivam. A maneira como a mulher conduz seu

corpo e suas funções reprodutivas está ligada intimamente ao ambiente cultural que integra. Desse modo, a psique feminina pode ser entendida pelo resultado da construção de forças culturais. Por fim, a linguagem recebe atenção ao considerar-se os limites sociais do uso da língua, ou seja, o comportamento linguístico dos ideais culturais.

A teoria cultural reconhece que a mulher enquanto escritora tem diferenças de ordem racial, econômica e histórica, tão significativos quanto o gênero que lhes é atribuído. Assim como é defendido na psicanálise feminista, a cultura feminina “forma uma experiência coletiva dentro do todo cultural, uma experiência que liga as escritoras umas às outras no tempo e no espaço”<sup>42</sup>. Essa força que soma suas vivências difere a abordagem cultural da teoria marxista e da hegemonia.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Stuart Hall, no título *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (2005), problematiza o conceito de identidade na contemporaneidade, comprovada a decrescente força da ideia de identidade integral e unificada. No discurso da crítica feminista em especial, destaca-se o processo de formação da subjetividade do sujeito, consagrando o pós-modernismo, na existência de um eu performativo. Esse estudo destinou-se à revisão teórica da crítica

41. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 43.

42. SHOWALTER, *A crítica feminista no território selvagem*, p. 44.

literária, para descobrir as concepções étnicas, raciais e nacionais de identidade cultural.

Para que fosse possível traçar o caminho percorrido pela crítica até os Estudos Culturais, de modo a fugir de uma revisão que tentasse abordar conceitos inadequados e substituí-los, encara-se o cenário da crítica literária sob a perspectiva da indagação. Pensar o limite das teorias expostas, deslocando sua verdade absoluta, faz do pesquisador um observador da relação “entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor; a questão da identificação [...] e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer”<sup>43</sup>.

O revisitar das teorias da crítica literária justifica-se no fenômeno de invocação do passado histórico social, com o qual as identidades continuam se correspondendo. Considera-se a utilização de recursos da história, da linguagem, da psicologia e da cultura para a produção do que o indivíduo se tornará no futuro, a sua identidade. Por enfatizar a crítica feminista – ginocrítica – tem-se o intuito de apresentar como a representação do sujeito feminino antes do pós-modernismo afeta a forma como pode-se representar a mulher na conjuntura atual literária e cultural.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de: Renato Aguiar.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971. Tradução de: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial? Pensando nos limites**. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de: Adelaine La Guardia Resente **et al**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 101-130.

\_\_\_\_\_. **Estudos culturais: dois paradigmas**. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de: Adelaine La Guardia Resente **et al**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 131-159.

43. HALL, *Estudos culturais e seu legado teórico*, p. 105.

\_\_\_\_\_. **Significação, representação, ideologia:** Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de: Adelaine La Guardia Resente **et al.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 160-198.

\_\_\_\_\_. **Estudos culturais e seu legado teórico.** In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Tradução de: Adelaine La Guardia Resente **et al.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 199-218.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva.

SHOWALTER, Elaine. **A crítica feminista no território selvagem.** Tradução de: Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SPACKS, Patricia Ann Meyer. **The female imagination.** Nova York: Avon Books, 1975.

*Recebido em: 12/04/2019*

*Aceito em: 21/06/2019*